



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140876 - MG (2021/0002675-0)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE : VICTOR MATEUS AUGUSTO DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADOS : HUGO VIOL FARIA - MG169332
HENDRYWS ROSBERG PEDROZA CIMINO - MG119442
HUGO TADEU VICENTE VIDAL - MG180359
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VICTOR MATEUS AUGUSTO DE SOUZA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1.0000.20.465979-1/000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Sustenta que, "na hipótese de condenação, considerando as condições pessoais e sociais do Paciente, haveria incidência da atenuante da menoridade relativa e da causa de diminuição de pena do §4º, do artigo 33, da Lei 11.343/06, o que dificilmente acarretaria pena privativa de liberdade superior a 2 (dois) anos de reclusão, ou seja, o regime de cumprimento de pena seria, ao rigor do artigo 33, §2º, c, do Código Penal, o ABERTO e, ainda, na forma da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, substituída a pena corpórea pela restritiva de direito" (fl. 127).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recorrente, por meio da Petição n. 8888/2021, noticia a revogação da prisão preventiva no dia 2/9/2020.

Considerando a nova realidade fático-processual, o objeto do presente recurso ordinário esgotou-se, de modo que não há mais o que decidir nestes autos.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente